

220

REGIMES DE COLABORAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. *Lucio Jose Dutra Lord, Nalu Farenzena, Vera Maria Vidal Peroni, Maria Beatriz Moreira Luce* (Faculdade de Educação-UFRGS)

Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Projeto Estadual “Avaliação da implantação do FUNDEF no Rio Grande do Sul”, desenvolvido no Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, Projeto este que é integrado à pesquisa em nível nacional “Processo de implantação e impacto do FUNDEF em estados e municípios: casos e comparações com vistas a uma avaliação (1996-2000)”, financiada pela Fundação Ford. Dentro da agenda de política educacional, na atualidade, destaca-se a questão do regime de colaboração para a efetivação dos direitos à educação. No Rio Grande do Sul, Estado e municípios têm buscado estabelecer convênios e parcerias de financiamento da educação, visando, em especial, o atendimento às necessidades do Ensino Fundamental. O presente estudo busca compreender – através de estudos de caso, com o uso de entrevistas, análise de orçamentos e recursos, termos de convênios, legislação, e bibliografia sobre o tema – em quais contextos surgem os convênios e parcerias; quais as necessidades que buscam atender; e quais os resultados da implantação destes. De outro parte, a pesquisa busca compreender as diferentes motivações que levam os municípios e o Estado – como agentes públicos de diferentes instâncias – a optarem por estabelecer convênios e parcerias, e de quais estratégias esses agentes se utilizam nos momentos de elaboração e alterações dos acordos. Como resultado de uma primeira exploração sobre o tema, se desenha um quadro onde os acordos surgem dentro de conjunturas sociais distintas, com as quais os agentes buscam justificar as posturas que tomaram em cada momento. Também as técnicas adotadas pelos agentes na busca de contemplar seus interesses pelo acordo, enquadram-se em um contexto mais geral, regrado por leis federais e estaduais, e concepções políticas distintas dos governos. Em ambos os levantamentos feitos até então, os acordos mostram-se eficazes, no entanto apresentam uma desigualdade de investimentos e comprometimento dos diferentes agentes públicos. (Fapergs/PIBIC)